



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

ANDREZA DIONISIO PEREIRA

**MULHERES FAVELADAS DA MARÉ: UM OLHAR DIANTE DA PERSPECTIVA DA
JUSTIÇA REPRODUTIVA**

RIO DE JANEIRO

2022

Andreza Dionisio Pereira

MULHERES FAVELADAS DA MARÉ: um olhar diante da perspectiva da justiça reprodutiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em serviço social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rachel Gouveia Passos.

Rio de Janeiro

2022

Andreza Dionisio Pereira

MULHERES FAVELADAS DA MARÉ: um olhar diante da perspectiva da justiça
reprodutiva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito
parcial à obtenção do grau de bacharel em
serviço social.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Rachel Gouveia Passos

Orientadora

Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ)

Dr.^a Renata da Silva Souza

Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ)

Mr.^a Julia Gonçalves Leal

Casa das Mulheres da Maré (Redes da Maré)

Mr.^a Ariana Kelly dos Santos

Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ)

Aos meus pais, meu irmão, minha avó e a todas as mulheres da Maré.

AGRADECIMENTOS

À minha fé, que é movida por um Deus que é Deusa, que é pai e é mãe, que é quem rege a natureza para que ela seja tão perfeita como é.

Aos professores, sejam do Colégio Santa Mônica ou da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que marcaram a minha trajetória e tanto contribuíram para a profissional que sou e me torno. Gratidão aos professores Wanessa Fernandes, Pedro Ribeiro, Rodrigo Magalhães, Joana Flores e, principalmente, Miriam Krenzinger que acreditou em mim e é a maior colaboradora para eu encontrar o meu caminho na academia e na profissão.

À Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, por tanto aprendizado, nesse campo de estágio, o qual eu tive o privilégio de fazer parte. Foi um período duro, não foi fácil estar diante de tanta barbárie produzida pelo Estado, mas, sem dúvida, esse período de aprendizado foi crucial na minha formação acadêmica. Um agradecimento especial à Deputada Estadual Renata Souza e sua Mandata que me acolheram com tanto afeto nesse tempo. Não menos importante, à Mônica Cunha, que me acolheu e me acolhe, me inspira como militante e ser humano e transmite afeto em cada troca que temos. À Rachel Mizael, pela supervisão de estágio, mas que foi muito além disso. Foi rígida sempre que precisou, mas também foi paciente para ensinar. Não só isso, foi, também, parceira e amiga, fazendo com que o ambiente de estágio, muitos vezes cansativo, também se tornasse um lugar de afeto e alegria. À Dejany, por ser quem é para todos os indivíduos do Estado do Rio de Janeiro. Se fosse possível, faria uma manifestação de agradecimento a sua atuação como profissional dos direitos humanos. Obrigada, Dê, por ser tanto para tanta gente. Mesmo em meio a tantas pautas para serem resolvidas, sempre estive muito disposta e paciente a ensinar, principalmente para mim e Mauro, a quem tem todo o meu coração, meu grande amigo e ex-dupla de estágio. Hoje, em muitos momentos, quando me falta ânimo para encarar alguma questão no ambiente de trabalho, eu tento imaginar qual seria sua iniciativa, você me inspira.

À Casa das Mulheres da Maré me faltam palavras para agradecer. De estagiária a tecedora. Este campo de estágio me possibilitou dar sentido à minha formação acadêmica, descobri que atuar no lugar onde nasci, fui criada, me fiz e me faço, com mulheres, me move, é onde me realizo. Gratidão à Miriam Krenzinger,

mais uma vez, por me possibilitar a aproximação ao tema na academia. Obrigada a todas as companheiras de trabalho que tive desde quando fui estagiária até minha atual atuação, como articuladora. Foram muitas supervisões, reflexões, risadas, mas também tiveram angústias, perdas, tragédias. Não foi fácil e continuará não sendo, por isso estamos aqui. À Julia Leal, a qual passou de supervisora de estágio à coordenadora. Faltam-me palavras para mensurar a contribuição desta na minha trajetória até aqui, Julia talvez tenha sido a pessoa que mais acredita em mim como profissional. Reflito muito sobre como ter alguém que acredita e dá oportunidades é crucial numa sociedade tão meritocrática e segregadora. Eu gostaria que todo mundo tivesse a oportunidade de ter uma coordenação que acredite, motive e dê oportunidades como a Julia fez e faz comigo. Toda a minha gratidão e admiração à Ju, como a profissional ética, comprometida e generosa que é e à amiga, que é cuidadosa, sensível e afetuosa. À Mariana Aleixo, minha grande amiga e companheira de trabalho, que me inspira em sua forma de conduzir e construir, sendo cria e também trabalhadora da Maré. Não menos importantes, à todas as saborosas, às mulheres que passam pela recepção, às que são do apoio, às que são atendidas. A Casa das Mulheres é o meu lugar.

Aos meus amigos, os da faculdade, os da Maré, os de bares, os do trabalho, os da vida, eles sabem quem são, os que são ombro, colo, companheirismo e o que mais precisar ser. Em especial, à Isabel Barbosa, Priscila Fernandes, Jorge Magnum e Julia Leal, amigos e assistentes sociais, dos quais me orgulho em caminhar junto e foram cruciais neste duro processo de escrita, mediante a realidade de atividades de trabalho e término de graduação. Foram apoio essencial na construção deste trabalho com a contribuição de ideias, experiências e conselhos para que este documento ganhasse vida.

À Maré, por ter sido a terra onde eu criei raízes e tive o privilégio de nascer e viver. Eu não escolhi nascer na Maré e por muito tempo, se eu pudesse escolher onde nascer, eu teria escolhido nascer em algum bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, talvez. Mas, hoje, eu sou grata pela minha história ser contada através da antiga rua Dezesseis, na casa que fica em cima do bar do Zé, que é meu pai. Ali na Vila do João, onde hoje existe o tão aclamado Baile da Disney.

Aos meus pais, Verônica e José, mais conhecidos como Vera e Zé, que me possibilitaram estar aqui hoje contando a minha história e a história dos nossos. À minha mãe, que todo dia ficava no bar enquanto meu pai ia à rua Ivanildo Alves me

buscar na escola, no sol fervente das onze horas da manhã. Minha mãe que sempre fez o possível e o impossível para realizar meus desejos, meu pai que sempre moveu o mundo para que nunca faltasse nada para nós. Estes que saíram do interior da Paraíba com suas famílias e vieram construir suas vidas na Maré, onde se conheceram. A vida não foi fácil com vocês e continua não sendo. Eu queria dizer que eu espero conseguir fazer com que a vida seja fácil para vocês. Ao meu irmão, José Vitor, a quem eu carinhosamente chamo de “mano”, o qual sempre foi minha maior inspiração. Talvez se você não tivesse ingressado numa universidade pública, eu não acreditaria que eu também seria capaz de passar e nem tentaria. Obrigada por me ensinar com sua ambição em sonhar alto e acreditar que é possível chegar no que se sonha. À minha avó materna, Edite, por todas as vezes que fritou carne moída para eu comer na colher de café quando eu passava as tardes na sua casa e por sempre ter uma história nova pra contar da Paraíba. À toda minha família, por seguirem sendo família, afeto e lar.

Por último, não menos importante, à minha orientadora, Rachel Gouveia, por quem eu tenho um imenso orgulho e carinho de falar que sou orientanda. Grande referencial acadêmico e de ser humano. Minha eterna gratidão pela paciência e gentileza nesse processo de orientação.

Tenho chorado demais
Tenho sangrado pra cachorro
Ano passado eu morri
Mas esse ano eu não morro
(Emicida)

RESUMO

PEREIRA, Andreza Dionísio. **Mulheres faveladas da Maré**: um olhar diante da perspectiva da justiça reprodutiva. Rio de Janeiro, 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Este trabalho visa apresentar uma reflexão sobre as violações sofridas por corpos de mulheres faveladas, a partir, principalmente da atuação das forças armadas do Estado que incidem direta ou indiretamente sobre as escolhas e trajetórias de mulheres negras da favela da Maré, fazendo-se necessário pensar o termo Justiça Reprodutivas a partir deste contexto.

Palavras-chave: Maré; Território; Corpos; Mulheres; Favelado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Conjunto de Favelas da Maré.....	16
Figura 2	Dados sobre pessoas residentes na Maré segundo a cor ou raça, por território.....	18
Figura 3	Operação policial na Maré.....	25
Figura 4	Dados sobre “Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?”.....	29
Figura 5	Renda individual mensal das usuárias do “Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?”.....	29
Figura 6	Dados sobre inscrições da palestra “Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?”.....	30

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 O RIO DE JANEIRO, DESIGUALDADES E RACISMO.....	14
1.1 O Rio de Janeiro e a Favela da Maré.....	14
1.2 Mulheres negras, violência e racismo.....	19
2 SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA REPRODUTIVA NO CONTEXTO DA MARÉ.....	23
2.1 O impacto da atuação da Política Segurança Pública no Rio de Janeiro e na Maré.....	23
2.2 Perspectivas sobre elas: mulheres mareenses e Justiça Reprodutiva..	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro é o estado que contém a quinta maior quantidade de favelas no Brasil. Esse dado traz à tona muitas realidades, ao mesmo tempo em que se pode refletir os contratos que o estado e a cidade carregam. O estado e a cidade são conhecidos mundialmente por suas belezas que “arrastam” pessoas do mundo todo, tendo como o turismo um grande movimentador da economia local. Mesmo lugar que é marcado, também, pela cruel segregação social e racial. A capital fluminense contém 763 favelas (IBGE, 2010), cada uma com suas peculiaridades e características.

O Conjunto de favelas da Maré é um conjunto de favelas em destaque não só na capital do Rio de Janeiro, como no estado. Além de ser a favela mais populosa no estado com seus 139.073 habitantes divididos em 16 favelas (REDES DA MARÉ, 2019a), é marcada pela presença de instituições no território que potencializam grande eventos na Maré, como a campanha Vacina Maré que aconteceu em 2021. Essa campanha vacinou toda a população da Maré que tinha mais de 18 anos, contra Covid-19, antes do previsto no calendário de vacinação da prefeitura da cidade, para que pudesse ser realizada uma pesquisa em parceria com a Fiocruz para entender os efeitos de todo um território vacinado. A Maré foi a primeira favela do Brasil a ser totalmente protegida contra o Coronavírus. Essa ação foi possível devido à organização e articulação da Redes da Maré, Fiocruz e Secretaria de Saúde da prefeitura do Rio de Janeiro presente no território.

Em contrapartida, o território também é marcado pelo alto número de violações, em nome da Política de Segurança Pública do estado. Dados da Redes da Maré mostram que há anos a maior parte das vítimas letais quando há operações policiais são jovens negros e quando as violações não envolvem letalidade, as maiores vítimas são mulheres negras (REDES DA MARÉ, 2019b).

Dados coletados sobre a realidade de mulheres negras no território da Maré mostram o alto número de violações que elas são vitimadas, mas, além disso, mesmo quando elas não são diretamente afetadas, as questões com outras pessoas ao seu redor, também interferem na realidade dessas mulheres. Tais afetações mostram ser cruciais sobre as decisões sobre suas vidas, até mesmo quando se trata de escolhas reprodutivas.

Em contrapartida do que se espera, este trabalho compreende que a história das favelas é a história do Rio de Janeiro e pretende provocar problematizações a partir do que se entende como desigualdades sociais e direito à vida com qualidade, principalmente, para mulheres negras. Quer dizer, é necessário ter cautela quando incorpora-se narrativas que abordem as favelas exclusivamente a partir daquilo que não há (segurança, saneamento, saúde, entre outros). Este enfoque não só pode reforçar os estigmas que já recaem sobre seus moradores, como deixa de notar o que talvez seja o mais importante a se perceber nas favelas: suas potências. É neste “não haver”, nesta ausência, a qual tanto se aponta, que cresce a estigmatização do povo favelado.

1 O RIO DE JANEIRO, DESIGUALDADES E RACISMO

1.1 O Rio de Janeiro e a Favela da Maré

O Rio de Janeiro é uma grande metrópole à margem do mar, conhecido pelas belas praias, pelas pedras portuguesas nas calçadas que beiram ruas e avenidas, pela grande estrutura de uma das maiores festas de Carnavais do mundo e pelos 38 metros de altura de uma estrutura de pedra que forma o Cristo Redentor. É uma capital brasileira de grande porte, que conta com 6,748 milhões de habitantes, que possui importância tanto em dados demográficos, é a segunda mais populosa do país, perdendo apenas para São Paulo (IBGE, 2010), quanto em relação ao cenário internacional. A cidade exporta suas paisagens naturais em cartões postais, atraindo turistas de todo o mundo. No entanto, tão marcantes quanto às imagens dos pontos turísticos na paisagem do município, são as favelas espalhadas pelo Rio. Segundo dados do Censo 2010, existem na cidade 160 bairros urbanizados e 763 favelas, nas quais vivem mais de 1 milhão e 300 mil pessoas, quase um quarto da população municipal. Em contrapartida de tanta beleza, atrás dessas paisagens se escondem profundas desigualdades marcadas pela segregação social.

Parapapapapapapapa
 Parapapapapapapapa
 Paparapaparapa ki bum
 Parapapapapapapa
 Rio de Janeiro é mesmo isso aí
 Bailes a pompa e festa para se divertir
 Porque no meu rio vou dizer como é que é
 Tem samba, pagode e também muita mulher
 Para entrar no nosso rio, tem gente que treme
 Gente que é gente mas, não é gente como a gente
 Eu dou o maior conceito para os amigos meus
 Mas Rio de Janeiro também é terra de Deus
 Me disseram que o Rio tá em clima de guerra
 A violência morre, a gente mesmo enterra
 Parapapapapapapapa
 Parapapapapapapapa
 Paparapaparapa ki bum
 Parapapapapapapa
 Mas eu com tristeza também vou lembrar
 Os menores e crianças que não tem onde morar
 E quem volta do trabalho pensando em descansar
 Chega na condução e tem alguém pra lhe assaltar
 Quando eu vou ao mercado ou ao banco pra sacar
 E uma fila enorme que eu tenho que enfrentar
 Mas se eu marcar bobeira também sou assaltado
 Então eu canto o rap desse refrão encantado
 Parapapapapapapapa
 Parapapapapapapapa

Paparapaparapa ki bum
Parapapappapapapa
(CIDINHO; DOCA, 1995).

No Rio de Janeiro, apesar de haver ocupações habitacionais desde o fim do século XIX, foi no início dos anos 2000 que o número de favelas aumentou sensivelmente, correspondendo atualmente, conforme mencionado, a mais de 20% da população da cidade (RODRIGUES, 2011). Embora representem uma parcela considerável de habitantes da cidade, os processos de desigualdade social inerentes à formação social brasileira, principalmente da cidade do Rio de Janeiro, reproduzem e reforçam a lógica de estigmatização e segregação da população pobre, particularmente aquelas que moram em favelas, periferias e subúrbios. Além disso, não só a população, mas as ocupações em si foram historicamente representadas e estudadas como territórios de carência e ausência (DINIZ *et al*, 2012), e limitadas como espaços não pertencentes à cidade.

A cidade do Rio de Janeiro é marcada por políticas públicas que tratam a população de forma radicalmente desigual. Enquanto indicadores apontam para um aumento da qualidade de vida e de acesso aos serviços públicos pela população que habita a Maré, outros denunciam uma dramática desigualdade no acesso aos direitos.

O conjunto de favelas da Maré é, assim, chamado devido aos mangues e praias que protagonizaram o território durante o início de sua ocupação. Durante esse período de ocupação, a localidade tinha uma grande importância para a economia por causa da existência dos portos.

Localizada ao lado da Baía de Guanabara, a região da Maré era pantanosa, formada por um arquipélago que abrigava famílias de pescadores até o governo de Getúlio Vargas, na primeira metade do século XX, quando foi construída a rodovia que hoje tem o nome de Avenida Brasil, com o intuito de melhorar a conexão entre o centro da cidade e o subúrbio. Formou-se, na época, um enorme complexo industrial ao longo da Avenida Brasil e a região passou a abrigar inúmeras famílias, especialmente imigrantes que fugiam de uma seca prolongada no nordeste.

Na mesma época, Getúlio Vargas projetou a Cidade Universitária e o arquipélago localizado sobre o pântano foi drenado para tornar-se a Ilha do Fundão, que hoje abriga um dos campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Outros

aterros foram realizados sucessivamente na região, e hoje, os pântanos e manguezais que por ali havia não existem mais.

As primeiras moradias da Maré foram construídas ainda sobre o mangue, e eram basicamente feitas de palafitas. Hoje não é difícil encontrar moradores que relatam memórias de infância de antigos moradores sobre pesca na região junto à Baía de Guanabara, e o medo da maré alta invadir suas moradas – o que deu origem ao nome da favela.

O processo de habitação começou a ocorrer por volta da década de 40 do século XX devido à construção da Avenida Brasil, que passou a unir subúrbios e localidades mais distantes ao centro da cidade.

Hoje, a Maré é composta por 139.073 habitantes espalhados em 47.758 domicílios (REDES DA MARÉ, 2019a), alguns bem estruturados, até mesmo com piscinas. Outros, mais precários, construídos sob as beiras dos valões que compõem a favela. É a favela com maior número populacional do estado do Rio de Janeiro e mais populosa que 96% dos municípios do Rio de Janeiro.

Figura 1 - Conjunto de Favelas da Maré



Foto: Douglas Lopes (2018).

Um dado marcante que o Censo Populacional da Maré revela é que 62% das pessoas residentes da Maré nasceram lá e continuam vivendo no conjunto de favelas. Em algumas favelas, esse número chega até 91%. Não à toa quem nasce e

vive no território da Maré é chamado de mareense, segundo os próprios moradores (SOUZA, 2020). Um dos possíveis motivos causadores da saída de mareenses do território da Maré pode ser a violência e o risco existente ao se viver num local onde o Estado entra para matar.

Uma das principais características da Maré é a presença da população nordestina no território. A partir de meados de 1950, o processo de ampliação e espacialização das favelas do Rio de Janeiro foi reforçado pela intensa imigração de nordestinos (REDES DA MARÉ, 2019a). Na Maré não foi diferente e continua, até hoje, tendo uma população expressiva nascida no nordeste: 25,8% dos moradores, sendo 10,5% somente da Paraíba. É perceptível na Maré a perpetuação da cultura nordestina na região, até mesmo entre aqueles nascidos em terras cariocas, como nas comidas, nas gírias faladas, entre outros diversos aspectos.

Na Maré, 62,1% da população é autodeclarada negra, seguindo as normas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que contabiliza os negros como pretos e pardos. Somente 36,6% da população mareense se considera branca. É possível ligar essa porcentagem, principalmente de pardos (52,9%), ao dado citado anteriormente que revela que 1 em cada 4 pessoas na Maré são nordestinas.

Em todo caso, se tomado como referência o recorte antropológico, é muito significativa a presença de afrodescentes na Maré, razoavelmente acima da média nacional.

Pelo que foi declarado, ao menos 62,1% dos moradores têm cor preta ou parda, demarcando uma presença étnico-racial que, de forma geral, como já mencionado, é a realidade típica na composição das favelas cariocas, bem como no conjunto de periferias brasileiras (REDES DA MARÉ, 2019a, p.26).

Figura 2 - Dados sobre pessoas residentes na Maré segundo a cor ou raça, por território.

TABELA 4 | PESSOAS RESIDENTES NA MARÉ SEGUNDO A COR OU RAÇA, POR TERRITÓRIO

UNIDADE TERRITORIAL	TOTAL		PARDA		BRANCA		PRETA		INDÍGENA		AMARELA		SEM RESPOSTA	
	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%	HAB	%
MARÉ	139.073		73.576	52,9%	50.871	36,6%	12.750	9,2%	845	0,6%	761	0,5%	270	0,2%
PARQUE UNIÃO	20.567		10.640	51,7%	8.665	42,1%	1.019	5,0%	107	0,5%	106	0,5%	31	0,1%
VILA DOS PINHEIROS	15.600		8.929	57,2%	5.022	32,2%	1.401	9,0%	124	0,8%	99	0,6%	26	0,2%
NOVA HOLANDA	13.799		6.912	50,1%	4.089	29,6%	2.558	18,5%	144	1,0%	70	0,5%	24	0,2%
PARQUE MARÉ	13.164		6.840	52,0%	4.805	36,5%	1.209	9,2%	229	1,7%	65	0,5%	17	0,1%
VILA DO JOÃO	13.046		6.945	53,2%	4.899	37,5%	1.101	8,4%	12	0,1%	70	0,5%	19	0,1%
BAIXA DO SAPATEIRO	9.329		4.562	48,9%	4.020	43,1%	645	6,9%	14	0,1%	73	0,8%	16	0,2%
PQ. ROQUETE PINTO	8.132		5.303	65,2%	2.335	28,7%	433	5,3%	6	0,1%	24	0,3%	32	0,4%
SALSA E MERENGUE	6.791		3.610	53,2%	2.256	33,2%	881	13,0%	5	0,1%	27	0,4%	12	0,2%
MORRO DO TIMBAU	6.709		3.206	47,8%	2.951	44,0%	496	7,4%	18	0,3%	27	0,4%	11	0,2%
MARCÍLIO DIAS	6.342		3.705	58,4%	2.238	35,3%	372	5,9%		0,0%	18	0,3%	9	0,1%
PARQUE RUBENS VAZ	6.222		3.101	49,8%	2.467	39,7%	533	8,6%	61	1,0%	46	0,7%	14	0,2%
CONJUNTO ESPERANÇA	5.356		2.693	50,3%	2.076	38,8%	484	9,0%	19	0,4%	66	1,2%	19	0,3%
CONJUNTO PINHEIROS	4.028		2.096	52,0%	1.444	35,8%	412	10,2%	56	1,3%	21	0,5%	1	0,0%
CONJ. BENTO R. DANTAS	3.553		1.707	48,0%	1.346	37,9%	428	12,0%	40	1,1%	25	0,7%	8	0,2%
PRAIA DE RAMOS	3.221		1.825	56,7%	1.057	32,8%	305	9,5%		0,0%	13	0,4%	21	0,6%
NOVA MARÉ	3.215		1.503	46,7%	1.203	37,4%	473	14,7%	11	0,4%	14	0,4%	11	0,4%

Fonte: Redes da Maré, 2019a.

Ainda que com tantas potencialidades, dados sobre a Maré revelam a produção e reprodução de desigualdades sociorraciais, que não só atingem a Maré, mas também outras localidades. Entre os 139.073 habitantes em 2019, 1.454 são crianças de 0 a 3 anos. Para elas há apenas 12 creches municipais no território. Apenas 1.454 crianças (16.13% do total) têm acesso à creche, índice que coloca a Maré à frente apenas do Complexo do Alemão (13,16%) e do Jacarezinho (9,98%). Há ainda apenas 10 Escolas da rede pública para ensino fundamental, nenhuma para ensino médio e uma unidade que oferece ensino fundamental e médio. O índice de analfabetismo na Maré era de 7,7% em 2010 (IBGE, 2010), enquanto em Botafogo, bairro na área nobre da cidade, o índice era de 0,9%.

Ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), na rede de saúde pública há 8 unidades de Atenção Primária para todos os habitantes e nenhuma unidade de média ou alta complexidade. O índice de mortalidade entre crianças de até 5 anos na Maré é de 11,26%, enquanto em Paquetá não houve registros de mortes dessa idade no ano. Já o número de

mulheres que têm filhos na adolescência (antes dos 20 anos) que possuem dificuldade de acesso à saúde na Maré expressa-se em 24,78%, enquanto em Botafogo o indicador é de 4,31%.

Sobre a renda, a média salarial dos habitantes da Maré acima de 9 anos é de R\$ 472,82, ficando entre os últimos dos 160 bairros da cidade. Enquanto isso, na Lagoa, bairro com maior média salarial do Rio de Janeiro, a média é de R\$ 6.159,93. Ainda sobre a Lagoa, o bairro tem o 5º melhor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, da cidade e somente 9% da população é negra, o bairro Maré está em 123º lugar no IDH (IBGE, 2010) e 62,1% da sua população é negra (REDES DA MARÉ, 2019a). Essa divisão da cidade também define quem e onde terá acesso a direitos. A falta de acesso à saúde, ao saneamento básico de qualidade, ao lazer e à segurança pública são exemplos dessa fragmentação.

O direito ao lazer, por exemplo, é inviabilizado a moradores de áreas mais distantes do centro da cidade do Rio de Janeiro, visto que a maior parte dos centros culturais, museus, parques e pontos turísticos estão localizados no Centro e na Zona Sul. Para um morador de Santa Cruz, por exemplo, para chegar ao Museu do Amanhã serão necessárias horas dentro de um trem ou ônibus, ambos provavelmente estarão lotados e com a qualidade precária. A mobilidade urbana se torna um impasse para o indivíduo periférico. No exemplo citado, podemos mapear o desigual acesso ao direito à mobilidade urbana, ao lazer e à cultura, mas esse mesmo indivíduo também terá a sua vida perpassada pela dificuldade no acesso a outros direitos.

O direito à segurança pública também está nesse escopo. O direito à segurança é um direito constitucional e o papel da polícia em um Estado Democrático de Direito é viabilizá-lo e ser uma referência de proteção para o cidadão, diferente do que acontece na prática. A letalidade policial é um dos principais índices que estampa a crise de segurança pública do Rio de Janeiro. De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 (FBSP, 2020), o estado tem uma das maiores taxas de letalidade policial do Brasil. No capítulo 2 trataremos mais dados sobre a política de segurança pública na Maré.

1.2 Mulheres negras, violência e racismo

Historicamente, há uma discrepante diferença entre a realidade de mulheres brancas e a de mulheres negras no mundo. Angela Davis (2016), em seu livro “Mulheres, Raça e Classe”, relata as contradições que eram marcadas pela raça. O sistema de escravidão delimitava o povo negro como propriedade e as mulheres, nesse quesito, não eram menos negras do que os homens, a cor da pele era o que definia a realidade do indivíduo e não apenas o gênero. Dessa forma, elas eram tratadas como trabalhadoras igualmente aos homens e ainda eram vitimadas também de outras formas.

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modo cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p.19).

No século XIX, quando se iniciou o processo de abolição do tráfico de mão de obra escrava e as indústrias de algodão começaram a ser afetadas com a defasagem de escravos, a capacidade reprodutiva das mulheres passou a ser cada vez mais validada e explorada. Sendo assim, os corpos das mulheres escravizadas passaram a ser vistos, também, como máquinas de reprodução e lucro. Quanto mais filhos uma mulher conseguia ter, maior era o valor dela. Sendo assim, o estupro passou a ser uma estratégia de crescimento econômico e reprodução de capital.

Segundo Angelas Davis, as mulheres que engravidavam e tinham seus filhos, não tinham o direito de cuidar nem de amamentar seus filhos devido às atividades de trabalho nas lavouras, ou seja, era negado a elas o direito de ser mãe. Ser mãe não era uma escolha e cuidar de seus filhos, também não. Este ponto é especialmente importante para este trabalho quando formos analisar o contexto em que as mulheres moradoras da Maré criam seus filhos.

Dessa forma, as mulheres negras encontravam-se em um “não lugar”. No século XIX, quando houve o surgimento do movimento feminista, as mulheres negras não se encaixavam junto a mulheres brancas porque lhes era negado sua “mulheridade”, sendo a raça a opressão delimitadora da vida delas (HOOKS, 2019). Todavia, quando se aproximavam do movimento racial tinham seu gênero “anulado”. Os movimentos que pautavam raça eram sexistas e patriarcais. Em “E eu não sou uma mulher?”, bell hooks relata:

Assim como o conflito do século XIX entre o sufrágio do homem negro versus sufrágio da mulher colocou mulheres negras em uma situação difícil, mulheres negras contemporâneas sentiam que pediam a elas para escolherem entre um movimento negro que servia essencialmente aos interesses de patriarcas negros e um movimento de mulheres que servia essencialmente aos interesses de mulheres brancas racistas. A resposta delas não foi exigir uma mudança nesses dois movimentos e um reconhecimento dos interesses de mulheres negras. Em vez disso, a maioria das mulheres negras se aliou ao patriarcado negro, que acreditava proteger seus interesses. Poucas mulheres negras escolheram se aliar ao movimento feminista. Aquelas que ousaram falar em público, apoiando os direitos das mulheres, foram atacadas e criticadas. Outras mulheres negras se viram no limbo, sem querer se aliar a homens negros sexistas ou a mulheres brancas racistas. O fato de que as mulheres negras não se reuniram contra a exclusão de nossos interesses por ambos os grupos indicou que a socialização sexista e racista efetivamente nos fez uma lavagem cerebral para que sentíssemos que não valia a pena lutar por nossos interesses, para que acreditássemos que a única opção disponível para nós era a submissão (HOOKS, 2019, p. 29).

Essa realidade coloca mulheres negras numa ponta em que elas não são delimitadas somente por serem negras, mas também por serem mulheres. O Dossiê Mulher 2021 (ISP, 2021) revela que, em 2020, mulheres negras foram mais vitimizadas em todos os tipos de violências, com exceção da violência moral. O Atlas da Violência (IPEA, 2021) lançado, também, em 2021, traz dados sobre a mortalidade de mulheres negras. Apesar de ter ocorrido queda nas taxas, proporcionalmente, mulheres negras morrem mais. A taxa de mortalidade de mulheres negras em 2020 era de 4,9 por 100 mil e a de não negras era de 3,3% por 100 mil. Mais de uma década depois, a taxa de mortalidade de mulheres negras teve redução em 15,7% enquanto a de mulheres não negras reduziu em 24,5%. Todavia, o relatório afirma que em 2009, a taxa de mortalidade de mulheres negras era 48,5% superior à de mulheres não negras e onze anos depois a taxa de mortalidade de mulheres negras é 65,8% superior a de não negras.

A escritora bell hooks em seu livro “E eu não sou uma mulher? ”, aborda o tema da dupla hierarquização, sexista e racial: “Minha experiência de vida me mostrou que duas questões eram inseparáveis, que, no momento de meu nascimento, dois fatores determinaram meu destino, o fato de eu ter nascido negra e o fato de eu ter nascido mulher” (HOOKS, 2019, p. 35). É importante pontuar que essas são evidências de que o processo de escravatura nunca acabou, de fato. Ainda que formalmente o comércio de corpos negros não seja autorizado, os dados mostram que esse processo se perpetua até os dias atuais, modernizando-se com a

autorização do Estado. Dentro desse processo, mulheres negras e pobres estão na ponta da opressão.

A carne mais barata do mercado
 É a carne negra
 Tá ligado que não é fácil, né, mano?
 Se liga aí
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Só-só cego não vê
 Que vai de graça pro presídio
 E para debaixo do plástico
 E vai de graça pro subemprego
 E pros hospitais psiquiátricos
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Dizem por aí
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Que fez e faz história
 Segurando esse país no braço, meu irmão
 O cabra que não se sente revoltado
 Porque o revólver já está engatilhado
 E o vingador eleito
 Mas muito bem intencionado
 E esse país vai deixando todo mundo preto
 E o cabelo esticado
 Mas mesmo assim ainda guarda o direito
 De algum antepassado da cor
 Brigar sutilmente por respeito
 Brigar bravamente por respeito
 Brigar por justiça e por respeito (Pode acreditar)
 De algum antepassado da cor
 Brigar, brigar, brigar, brigar, brigar
 Se liga aí
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Na cara dura, só cego que não vê
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Na cara dura, só cego que não vê
 A carne mais barata do mercado é a carne negra
 Tá, tá ligado que não é fácil, né, né mano
 Negra, negra
 Carne negra
 É mano, pode acreditar
 A carne negra.
 (SOARES, 2002)

Diante disso, é possível ligar ao fato de mulheres negras sempre estarem num lugar de desumanização, as quais sempre são violadas de diversas formas diferentes (DAVIS, 2016).

2 SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA REPRODUTIVA NO CONTEXTO DA MARÉ

2.1 O impacto da atuação da Segurança Pública na Rio de Janeiro e na Maré

Segundo o Anuário de Segurança Pública do Rio de Janeiro (FBSP, 2020), em 2020, o país alcançou o maior número de mortes em intervenções policiais desde que esse dado começou a ser monitorado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2013. Foram, em média, 17,6 mortes por dia, 6.416 vítimas fatais resultantes de intervenções de policiais militares e civis da ativa, em serviço e fora. Houve um aumento de 190% de mortes no período de 2013 a 2020, 78,9% dessas vítimas são negras.

Chama atenção o alto número de vítimas fatais num ano marcado pelo início da pandemia e por tantas mortes por outras questões de saúde pública. Todavia, o estado do Rio de Janeiro seguiu em contrapartida com a queda em 31,8% das mortes em intervenções policiais. Faz-se necessário pontuar que 2019 foi um ano marcado pela alta letalidade em intervenções policiais, foram 1.814 vítimas, um número acima do que já era tratado como elevado. Em 2020, a redução de fatalidade foi para 1.245, que ainda é um número elevado, comparado aos anos anteriores. A redução das mortes foi resultado da implementação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que limitou as operações policiais nas favelas do município do Rio de Janeiro, no período da pandemia da COVID-19.

Favela vive no coração de cada morador
 Na lembrança de cada vida que a guerra levou
 Somos a tribo perdida, trazida de longe
 Somos filhos da lama, Brasil que a mídia esconde
 Nos entopem de pólvora, coca, esgoto a céu aberto
 E quilombos de madeirite e concreto
 O futuro chegou e ainda usamos corrente
 Escravizados através do tráfico de entorpecente
 Nos empurram todo dia goela a abaixo
 Ódio, medo, desespero e incentivo à violência
 Dizem que somos bandidos
 Mas quem mata usa farda e exala despreparo e truculência
 Cada beco da cidade guarda um pouco da guerra
 Com projéteis que acerta, com projéteis que erra
 Parece cocaína, mas é só tristeza
 Ódio nos olhos de quem só conheceu pobreza
 Quem é o inimigo? Quem é você?
 Nessa guerra sem motivos e sem vencedor
 Quem é o inimigo? Quem é você?
 A bala perdida acha o outro sofredor
 Somos soldados pedindo esmolas

Crianças de pistola, jogando a infância fora
 Ninguém incentiva um favelado a ler, escrever
 Nós já nascemos preparados pra morrer
 Nos proibiram de sonhar, se foderam
 Somos o monstro que vocês criaram, seu pesadelo
 Essa porra é um campo minado
 PM aplica pena de morte com aval do Estado
 Quem tá certo? Quem tá errado?
 Só sei que o alvejado é sempre o favelado
 Quantos irmãos tombaram cedo demais
 Favela vive sangrando implorando por paz, paz!
 (MV BILL; FUNKERO; B.K., 2016)

O trecho da música “Favela Vive 2” enfatiza um retrato da violência policial nos territórios de favela. No trecho, “mas quem mata usa farda e exala despreparo e truculência” é possível lembrar os inúmeros casos de violência policial relatados no Boletim Direito à Segurança Pública na Maré (REDES DA MARÉ, 2019b) em 2019, lançado pela Organização Não Governamental Redes da Maré. Segundo o boletim, foram realizadas 39 operações policiais nesse ano, que resultaram em 34 mortes em decorrência de ação policial, 94% das vítimas são do sexo masculino e 96% são negros. Foram registrados também 265 violações a direitos fundamentais, como violação a domicílio, violência psicológica, violência física, cárcere privado, dano ao patrimônio, assédio sexual, ameaça e morte e 78% dessas violações ocorreram por agentes de segurança pública (REDES DA MARÉ, 2019b). Essa política de Estado que dá aval para o extermínio da população favelada e negra não age somente quando ceifa vidas, ela também atua na perpetuação dessa violência em outros âmbitos.

O morador de favela passa a naturalizar a impossibilidade de realizar algumas tarefas simples do cotidiano, como levar o filho à escola, frequentar o posto de saúde e andar com tranquilidade na rua. Quando as forças armadas do Estado intervêm em favelas, os comércios fecham, escolas não funcionam, consultas médicas são canceladas, enquanto o resto da cidade entende que essa ação estatal é além de algo inerente, necessária à vida. Isso acarreta a ideia produzida pelo Estado e mídia de que a favela é algo a ser combatido e apagado, desculpando-se no argumento da existência do comércio de varejo de drogas, enquanto se sabe que este comércio é apenas a menor ponta desse grande comércio internacional (MACHADO DA SILVA, 2010).

Ainda em 2019, na Maré, os alunos estudantes das 46 unidades escolares da região tiveram perda de 12% dos dias letivos previstos pela Lei Nacional de

Diretrizes e Bases da Educação (REDES DA MARÉ, 2019b), sem contar as consequências para saúde mental que esse ambiente instável e turbulento pode acarretar no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes em período de formação.

Também segundo o boletim de segurança pública, as Unidades Básicas de Saúde – clínicas da família e centros municipais de saúde – cancelaram 25 dias de atividades de trabalho, e com isso, 15 mil atendimentos de saúde foram suspensos em 2019, ou seja, 1 em cada 15 dias as unidades de saúde não funcionaram devido à operações policiais. Nesse sentido, fica inestimável estipular a amplitude de danos que essas violações geraram e continuam gerando na vida da população atingida com esse projeto político.

Figura 3 - Operação policial na Maré



Foto: Kamila Kamillo (2020).

Portanto, é possível reafirmar que as forças de segurança do Estado representam segurança para moradores de regiões e bairros de áreas nobres da cidade, enquanto para moradores de território de favela as policias são a representação do ato de ceifar vidas, mas, além disso, de fazer essa população estar em constante contato com a morte (ALMEIDA, 2018). Dessa forma, para o Estado, torna-se permitido a matança deliberada em espaços periféricos, onde se usa a legalidade da guerra às drogas (MACHADO DA SILVA, 2010) para o extermínio da população negra e favelada.

Conforme exposto anteriormente, as principais vítimas de mortes em operações policiais são homens, mas as mulheres, apesar de não serem vítimas diretas da letalidade, são atingidas de diversas outras formas. Além de serem as maiores vítimas de violações, com exceção da letalidade, também são afetadas com as violências que perpassam os homens que estão ao seu redor, principalmente quando são racializados, como quando são seus filhos, companheiros, amigos e parentes.

O Boletim Segurança Pública da Maré de 2019 explicita, também, que 58% das vítimas das violações policiais não letais são do gênero feminino e, mesmo nos casos que mulheres não são diretamente atingidas, são elas que majoritariamente buscam acolhimento, ajuda e orientação sociojurídica e psicossocial na Redes da Maré, por exemplo (REDES DA MARÉ, 2019b). Segundo Rachel Gouveia Passos, em seu artigo “Racismo, violência e o sofrimento das mulheres: diálogos a partir de Heleith Saffioti”, “se temos uma juventude negra sendo eliminada, podemos dizer que há mulheres negras sendo atingidas por essa lógica e pouco se conhece acerca dos efeitos dessa violência em suas existências” (PASSOS, 2019, p. 288).

2.2. Perspectivas sobre elas: mulheres mareenses e Justiça Reprodutiva

Para compreender melhor a intersecção de opressões expostas nas seções anteriores (gênero, raça, território), faz-se necessária a discussão sobre Justiça Reprodutiva. O termo "Justiça Reprodutiva" foi usado pela primeira vez após a Conferência de População e Desenvolvimento do Cairo, em 1994 (NORONHA, 2016). O evento foi um marco político importante, que apontou mudanças de concepção sobre saúde reprodutiva, especialmente de mulheres negras, que até então eram apenas alvo de políticas de controle populacional, como esterilização. Ainda que as mulheres negras não estejam livres de políticas eugenistas ainda em 2022, a Conferência do Cairo marcou o início de um debate mais amplo sobre acesso à informação e serviço público de saúde para esta população.

O conceito de Justiça reprodutiva busca associar o debate de direitos sexuais e reprodutivos à noção de justiça social.

Justiça Reprodutiva amplia o olhar sobre os direitos reprodutivos das mulheres ao trazer a justiça social como elemento fundamental para o exercício dos direitos humanos, que inclui a saúde reprodutiva. Seu conceito é interseccional e emerge das experiências das mulheres negras (CRIOLAPOD, 2019, s/p.).

De acordo com o *podcast* CriolaPod (2019), o conceito de Justiça Reprodutiva trata sobre a capacidade de uma mulher determinar seu próprio destino reprodutivo, o que estaria ligado às condições de suas famílias e comunidades. O conceito desloca a pauta dos direitos sexuais e reprodutivos, tradicionalmente branca, das escolhas individuais e considera os atravessamentos sociais aos quais as mulheres, principalmente negras, estão atravessadas. Ou seja, salários adequados, política de segurança, saúde e educação fazem parte do que se deve considerar direitos reprodutivos. A Justiça Reprodutiva se coloca, portanto, "no centro do debate sobre justiça social" (CRIOLAPOD, 2019, s/p.).

Na Maré, o tema da Justiça Reprodutiva é pautado pela Casa das Mulheres da Maré, equipamento da Redes da Maré. Este equipamento surge para fomentar o protagonismo das mulheres mareenses e, conseqüentemente, dos que estão ao redor. Trata-se de reconhecer o importante papel histórico das mulheres no território, por exemplo, no surgimento de movimentos sociais na Maré, na luta por itens básicos de infraestrutura na Maré, desde a década de 80, como foi o caso da Chapa Rosa.

Na década de 80, formou-se um coletivo só de mulheres da Maré engajadas na luta por uma vida mais digna para os moradores. A Chapa Rosa foi a primeira chapa eleita, por eleições diretas, para a Associação de Moradores da Nova Holanda, em 1984, num momento marcado pela participação de todos e que mudou completamente os rumos da favela. Nessa época, a Nova Holanda, uma das 16 favelas da Maré, ainda era favela de barracos, construída pela prefeitura para ser um centro de habitação provisório, reunindo moradores removidos das favelas do Pinto e do Esqueleto. Esses moradores eram enviados para Nova Holanda até adquirirem os "hábitos necessários para sair da favela".

Nesse período, Eliana Sousa da Silva tornou-se a primeira presidente da associação de moradores do Rio de Janeiro, no mandato Chapa Rosa, hoje, responsável por presidir a Organização da Sociedade Civil, Redes da Maré.

Na época, a Eliana, que hoje é uma das diretoras da Redes da Maré, estava no primeiro mandato da Chapa Rosa e nós começamos a fazer os mutirões para conseguir água, para conseguir saneamento básico e fazíamos as reuniões na Escola Nova Holanda, onde a gente conseguia colocar numa noite mais de 200 pessoas e dali saiam representantes de cada rua, já com a ideia de ir lá na Cedae, de ir na prefeitura, de ir aonde pudéssemos para poder conseguir que eles viessem colocar água (SOUZA; OSÓRIO, 2020, s/p.).

A história da Maré é marcada pelo protagonismo das mulheres no território. É muito simbólico que as mulheres tenham sido as propulsoras na luta pelo saneamento básico, visto que, na Maré, este traz ganhos muito significativos para a população, como a queda da mortalidade infantil, a diminuição com custos de saúde e maior qualidade de vida, por exemplo. Esse movimento, ainda que não se intitulasse dessa forma, na época, pode ser considerado o primeiro movimento feminista na Maré.

Anos depois, nesse mesmo território, surge a Casa das Mulheres da Maré (CDM). Este equipamento da Redes da Maré possui diversas frentes de trabalho, uma delas é a de atendimento psicossocial e sociojurídico. Desde o surgimento da CDM, é oferecido atendimento gratuito multiprofissional composto por psicóloga, assistente e advogada, além das estagiárias.

O Serviço Social tem um papel de destaque de atuação neste espaço, visto que o próprio contexto da Redes da Maré colabora para isso. A maioria das coordenações de projetos e eixos da instituição é gerenciada por assistentes sociais. O reconhecimento e enfoque na profissão são perpetuados em todas as áreas da instituição. Inclusive, hoje, a Casa das Mulheres é coordenada por duas mulheres, uma delas é Julia Leal, também assistente social.

Além da frente de trabalho citada, há outras em destaque como a Maréas, a frente de trabalho que pauta direitos sexuais e reprodutivos de forma intersetorial. Esta não pensa apenas saúde, mas educação, assistência, entre outros. Uma das principais ações da Maréas se chama “Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?”. Este projeto tem como objetivo geral fortalecer a rede pública de educação e cuidado à jovens mulheres moradoras da Maré sobre a temática de saúde e direitos sexuais. Este escopo de ações busca promover informação de qualidade e facilitar o acesso a métodos contraceptivos de longa duração. São oferecidas palestras sobre saúde sexual e reprodutiva com foco em método contraceptivo de longa duração, com uma Organização Não Governamental (ONG) parceira, Nosso Instituto.

Ao fim das palestras, as participantes podem manifestar interesse em inserir o Dispositivo Intra Uterino de Cobre (DIU), foco principal do projeto, por ser oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às mulheres que demonstram interesse em acessar a consulta ginecológica e a inserção do DIU. Embora as primeiras consultas

tenham ocorrido em consultório particular oferecido pelo Nosso Instituto, o objetivo do projeto é provocar as unidades de saúde da família a funcionarem neste sentido.

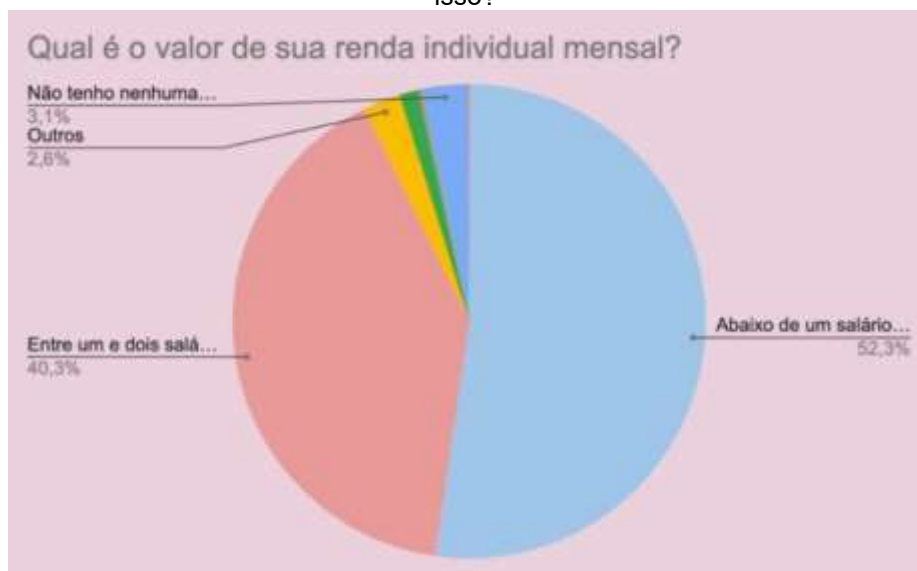
Figura 4 - Dados sobre “Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?”

	Inscritas	Participantes	Interessadas em inserir DIU	Inserção de DIU
29/4	37	32	18	12
9/6	77	59	12	8
16/6	190	86	53	53
1/9	734	241	235	Aguardando
15/9		175	175	
Total	1038	593	493	73

Fonte: Acervo Casa das Mulheres da Maré, 2021.

O aumento da procura pelo projeto representa como conquista não apenas a promoção do acesso aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres da Maré, embora esta esteja entre as principais conquistas. Mas os números observados possibilitam diagnóstico de demanda e de perfil das usuárias, uma produção de dados sobre o trabalho com direitos sexuais e reprodutivos em espaços populares a partir de uma perspectiva interseccional.

Figura 5 - Renda individual mensal das usuárias do “Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?”



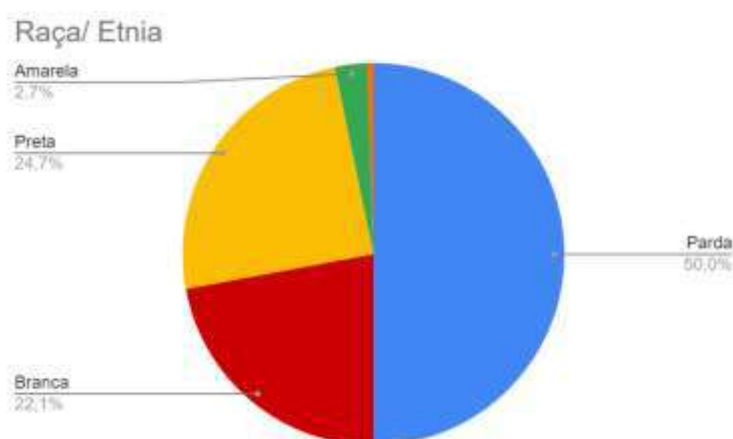
Fonte: Acervo Casa das Mulheres da Maré, 2021.

Promover o acesso aos métodos contraceptivos de longa duração é incidir direta e indiretamente sobre as trajetórias de vida dessas mulheres. O interesse pelo projeto por parte das moradoras da Maré ratifica sua relevância. No entanto, é preciso também pensar criticamente as ações, para que não se deixe absorver simplesmente pelo ato de inserir DIU nas mulheres.

O conceito de Justiça Reprodutiva permite considerar os vetores sociais que fazem mulheres a tomar determinadas direções, a despeito de serem seus sonhos e desejos. A manifestação pelo interesse em colocar o DIU não pode fazer concluir que essa é uma escolha livre de restrições ou que refletem um perfil social de uma mulher livre que não tem seu corpo controlado. Condições de vulnerabilidade, o baixo índice de IDH da Maré, alto índice de mortalidade de jovens negros, o alto número de violações no território, relações de gênero assimétricas em seus relacionamentos, falta de outras possibilidades de método contraceptivo são razões que podem fazer uma mulher buscar o projeto.

Entre as usuárias do projeto, 55,4% têm renda mensal abaixo de um salário mínimo ou não possuem renda, o que reforça a necessidade de refletir quais condições e motivos fazem uma mulher branca de classe média ou alta a optar pela inserção de método contraceptivo de longa duração e as condições e motivos que perpassam essa escolha de uma mulher em situação de vida mais vulnerável.

Figura 6 - Dados sobre inscrições da palestra Projeto de vida! O que seu corpo tem a ver com isso?.



Fonte: Acervo Casa das Mulheres da Maré (2021)

O gráfico acima revela dados sobre raça/etnia levantados pelo projeto citado. Esses dados junto aos dados sobre violência trazidos anteriormente, apontam um

debate importantíssimo dentro do contexto citado, 74,7% dessas mulheres faveladas que estão buscando esse método contraceptivo são negras.

Há mais alguns números indicativos que somam nesta reflexão. O Boletim Direito à Segurança Pública na Maré de 2020 (REDES DA MARÉ, 2020) mostra que 100% das vítimas de violência ou violações são pretas ou pardas. Além disso, 60% das vítimas de abuso de autoridade são mulheres e 42% dessas vítimas são jovens que têm entre 20 e 29 anos. Já no Boletim Direito à Segurança Pública Edição Especial (REDES DA MARÉ, 2021), que relata casos de violências e violações no primeiro semestre de 2021, já com a determinação do Supremo Tribunal Federal que proibiu operações policiais no período de pandemia, com exceções de casos excepcionais, 100% das operações policiais ocorreram próximas a unidades básicas de saúde, 50% ocorreram perto de escolas ou creches e em 70% dos dias de operações policiais houve invasão a domicílio.

A partir desses dados, reforça-se a importância do conceito de Justiça Reprodutiva para pautar as escolhas reprodutivas de mulheres negras. Quando mulheres negras da Maré estão a todo o momento sendo violadas, direta ou indiretamente, quando não se pode contar com o pleno funcionamento de unidades de saúde e de educação devido a realização de operações policiais, quando não se há garantia de criação de um filho com qualidade de vida e distante de violações e ao mesmo tempo, cresce o número de mulheres negras que não querem ter filho nesse mesmo território, os indicativos se cruzam e produzem respostas. A escolha de não ter filhos, nesse território, principalmente quando se é negra e os filhos serão negros, pode ser entendido como uma estratégia, consciente ou inconsciente, de fuga de estar no centro das violações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ser da maré
Um ser ninguém
Um ser alguém
Um ser sem ser

Olhos marejam
Mareja pela lama
Encalha na perna
De gente pequena

Ah, a grande política
Musa inspiradora
Não pode ser doutora
Afunde na lama

Ah, a política
Sempre tão distinta
Pena dos que distinguem
Favelado de gente sabida

(Renata Souza, "Mareense", inverno de 2013)

É lamentável encarar que, hoje, ainda, a favela é vista como uma terra de gente não sabida. De gente que não faz política, que não tem cultura, que não produz resistência. De um espaço que não é cidade. Muitos “nãos” marcam a leitura de nossa trajetória, que, muitas vezes, torna um desafio o ato de produzir um trabalho como este que se fala de violência, mas não da mesma forma que comumente se fala. Sabemos que somos perpassados por diversas violências, sejam violência de gênero, violência armada ou violências estruturais, como a violência de origem colonial. Violências essas que despertam em muitos de nós a vontade de se retirar da favela, de um território que é marcado pela presença do Estado, em sua pior versão.

Todavia, o fato de não se querer reforçar a visão violenta e marginalizada que o Estado constrói sobre a favela, não anula a necessidade de pontuar algumas questões que são reais. Uma realidade que não é vivida apenas pelas mulheres da Maré, porque trata-se de vetores estruturantes, patriarcais e históricos, mas que ganham nuances neste território exatamente em decorrência da desumanização que a população favelada, negra e feminina que vive no país. Desumanização, esta, que torna “natural” para o restante da sociedade a interrupção de vidas, as violações de direitos e o não acesso à saúde sexual e reprodutiva, por exemplo.

A desumanização dos corpos favelados afeta na sensação de não pertencimento à cidade, ao adentrar em instituições e ser discriminado e em cada abordagem policial que tem a função de mostrar qual é o lugar que se quer que o

favelado esteja. Mas sabemos qual o nosso lugar e não é esse que nos impõem. Isso fica evidente na luta das mulheres da Maré por melhores condições de vida, moradia e saneamento, como ocorreu com a Chapa Rosa. Mostramos com isso que somos humanos e temos os mesmos direitos de qualquer cidadão desta cidade.

Por esta consciência, que se pontua, cada vez mais, o termo de justiça reprodutiva como bandeira. Sabemos que somos um lugar de muitas mareas, uma diversidade de mulheres que habitam um mesmo território, mas que trazem em seus corpos e histórias as marcas do racismo, patriarcado e criminalização do território em que vivem. Há de se saber, também, que trazem a multiplicidade de estratégias que as fazem sobreviver sim, mas viver e construir espaços comunitários de acolhimento, como é o caso da Casa das Mulheres da Maré. Que transformam o território e a cidade. É essa Maré que queremos trazer neste trabalho.

Assim, para nós, ter acesso à saúde deve estar acompanhado pela justiça social. Deve-se ter em consideração as histórias, demandas e formas de fazer política. É preciso que estejam como centralidade as relações raciais que determinam, inclusive, quem pode ser vista como mulher ou não. Que ser mulher pode ter sido não ter acesso ao trabalho para muitas, mas que significou ser obrigada a trabalhar em condições desumanizantes para outras. Que ter o direito de criar seus filhos é um desafio para as mulheres negras, assim como foi no período colonial. São essas dimensões da vida social que precisam ser articuladas no olhar sobre as mulheres da Maré. Sem olhar para esta realidade, como garantir o direito à saúde, à segurança, à educação e a tantos outros direitos?

São essas as questões que nos impulsionam a escrever sobre essa temática, a partir dos referenciais que trouxemos. Não apenas por também fazer parte dessa história enquanto moradora da Maré ou por ser profissional que atua diretamente sobre esta realidade, mas também pelo papel social que a universidade pública tem para com a sociedade, de contribuir para a quebra desta leitura estigmatizante e para somar na visibilização destas trajetórias. Para que as políticas públicas sejam de fato voltadas para essas mulheres e para que as próximas gerações tenham cada vez mais orgulho do lugar que as constituíram.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- CIDINHO; DOCA. Rap do Rio de Janeiro. **Letras** [online], Rio de Janeiro, 1995. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cidinho/165080/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- CRIOLAPOD. Você sabe o que é Justiça Reprodutiva? O Criola POD explica. **Spotify** [online], Rio de Janeiro, jun. 2019. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0ecXYegKJclyxt6lRhZr1?si=JQJj8YdqQaSeFqi2O0EgSw&utm_source=whatsapp&nd=1. Acesso em 12 jan. 2022.
- DINIZ, E. *et al.* **Memória e Identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes de Desenvolvimento da Maré, 2012.
- FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020**. São Paulo: FPSP, 2020.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- IPEA. **Atlas da violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.
- ISP. **Dossiê Mulher 2021**. 16. ed. Rio de Janeiro: ISP, 2021.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. “Violência urbana”, segurança pública e favelas - O caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.
- MV BILL; FUNKERO; B.K. Favela Vive 2. **YouTube** [online], Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XYvrwZmjXJY>. Acesso em: 05 jan. 2022.
- PASSOS, Rachel Gouveia. Racismo, violência e o sofrimento das mulheres negras: diálogos a partir de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 23 n. 43, p. 285-295, jul./dez. 2019.
- REDES DA MARÉ. **Censo Populacional da Maré**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019a.
- REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública no Maré**. 4. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019b.
- REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública no Maré**. 5. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2020.

REDES DA MARÉ. **Boletim Direito à Segurança Pública no Maré**. 6. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2021.

RODRIGUES, R. Uma Calamidade habitacional: censo do IBGE mostra que número de pessoas vivendo em favelas quase dobrou em uma década. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 dez. 2011.

SOARES, Elza. A carne. **YouTube** [online], 2002. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMoc1Xw>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SOUZA, Renata. **Cria da favela: Resistência à militarização da vida**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2020.

SOUZA, B. OSÓRIO, R. Na Maré seca dos anos 80, mulheres de Nova Holanda se organizaram na luta por direitos. **Maré de Notícias** [online], Rio de Janeiro, 05 out. 2020. Disponível em: <https://mareonline.com.br/na-mare-seca-dos-anos-80-mulheres-de-nova-holanda-se-organizaram-na-luta-por-direitos/>. Acesso em: 01 dez. 2021.